

## COMO A HISTÓRIA CONDICIONA NOSSAS EXPERIÊNCIAS? UM BREVE ENSAIO SOBRE HEGEL E PAULO ARANTES

Guilherme Balduino Gonzaga<sup>1</sup>

O presente ensaio busca examinar como a História modela a percepção dos indivíduos e se apresenta enquanto solo constitutivo de nossas experiências. Procuramos entender, portanto, o que significa dizer que a forma como percebemos o mundo ao nosso redor é condicionado historicamente. Mesmo o dado mais imediato dos sentidos se insere numa mediação que, em última análise, é histórica. Com essa finalidade, utilizaremos majoritariamente da interpretação que o filósofo Paulo Arantes tem do mais grandioso dos idealistas alemães, G.W.F. Hegel, sobretudo o capítulo intitulado *A Prosa da História*, em sua primeira obra publicada, *Hegel – A ordem do tempo*.

Nossa breve incursão pelos escritos de Paulo Arantes e Hegel, buscando a resposta de como a história pode ser mediação de nossas experiências, passará por diversos conceitos, tais como o de memória, desejo, prosa e linguagem, mas eles serão abordados apenas enquanto perpassados por nosso objetivo: desvendar os mecanismos pelos quais a história constrói nossas experiências. Começemos, então, com Hegel. Afinal, onde começa a História, para Hegel? Como podemos apreender esse conceito, segundo ele?

Hegel impõe uma série de restrições sobre as numerosas sociedades do mundo visando evidenciar o significado da “História enquanto solo universal da experiência”. Tal conceito vem à luz, de início, quando esboçado negativamente, pela perspectiva daquelas instâncias a qual Hegel recusa, como se a História surgisse apenas sobre o pano de fundo da não-história. Essa violenta restrição que Hegel fixa sobre determinadas sociedades de seu



---

<sup>1</sup> Graduando em Filosofia (Bacharel) pelo Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília.

tempo e as impele uma pertença à margem da História, contrastando com aquelas que pertencem de fato ao tempo histórico, tem, no entanto, a finalidade de desvendar as múltiplas modalidades pelas quais o social se inscreve no devir temporal: é por meio do confronto entre a “História” e a “Não-História” que poderemos observar o surgimento dos primeiros traços do que significa “tempo histórico”.

Tal divisão entre o não-histórico e o histórico não deve ser confundida com as categorias “primitivo” e “civilizado”, dado que mesmo os povos comumente considerados os mais “civilizados” do século XIX possuem recaídas à modalidade da não-história. Não significa, no entanto, que devemos concordar com todos os vetos operados por Hegel a determinadas sociedades de seu tempo, pois em diversos momentos, nos parece, seus próprios critérios e conceitos<sup>2</sup> são usados para justificar posições racistas. Hegel afirmava dos povos africanos como pertencendo a um “estado de inconsciência de si”, em seguida concluindo: “Aqui deixamos a África, para não mais mencioná-la a seguir. [...] o que compreendemos, em suma, sob o nome de África, é um mundo a-histórico, não desenvolvido, inteiramente prisioneiro do espírito natural, e cujo lugar se encontra ainda no limiar da História Universal” (HEGEL, 1999, p. 88).

Em outros momentos, o problema aparece quando percebemos que algumas dessas exclusões não são justificadas pelas próprias categorias e conceitos lógicos de sua teoria, como é o caso, por exemplo, da China, que cumpre todas as exigências estabelecidas por Hegel para pertencer à História Universal, mas ainda assim é vetada e categorizada como um território a-histórico, pois, segundo Hegel, ela pecaria por um “excesso” de zelo aos próprios critérios Hegelianos, o que nos parece incompreensível e mero “malabarismo linguístico” para defender posições eurocêntricas. No entanto, acreditamos que o sentido de História na teoria Hegeliana, embora

---

<sup>2</sup> Estes serão analisados e desenvolvidos ao longo do ensaio.

deva ser lido criticamente<sup>3</sup>, ainda é um conceito complexo que nos permite compreender aspectos precisos que nos dizem respeito ainda nos dias atuais, capaz de nos ajudar a refutar certas leituras superficiais de nossa experiência cotidiana. Assim, prossigo na tentativa de compreender propriamente os aspectos positivos de sua teoria da História.

A fonte primeira da abertura à História é o rompimento com as formas de vida imediatas, o que Hegel chama de “realidade inorgânica do Espírito”:  
estado onde o Espírito é inconsciente da sua própria liberdade. As sociedades fechadas — isto é, aquém da verdadeira abertura da História — não deveriam sequer ser objeto de consideração especulativa, dado que essa consideração só pode começar ali onde há o rompimento com a vida imediata e indeterminada: é necessário o surgimento da consciência mais elevada, a consciência de si, para a inscrição do homem no curso histórico; “quebrar a carapaça do em si” é a primeira exigência para se adentrar no tempo histórico. Ao quebrar as formas confusas da percepção e sensibilidade ligadas imediatamente à natureza, opera-se uma nova “tomada de consciência”. Transita-se da “consciência-em-si” à “consciência-de-si”. Arantes nos diz que “o Espírito só desencadeia a História ao atingir a etapa do desdobramento reflexivo”. (ARANTES, 1981, p. 150).

A passagem da consciência fechada na sua própria imediatez com a natureza para a consciência de si, é a passagem da inconstância do desejo a

---

<sup>3</sup> Tratarei mais pormenorizadamente dos aspectos problemáticos da *Filosofia da História* de Hegel em artigo futuro, mostrando suas posições extremamente enviesadas acerca do continente africano e de países asiáticos, como a China e a Índia. No entanto, embora concorde com a crítica decolonial ao conceito de universalidade — como um projeto de imposição de certas identidades geoculturais visando o domínio colonial sobre todas as povos do planeta —, acredito que a universalidade em Hegel pode e deve ser preservada. O filósofo alemão apresenta uma concepção diferenciada dos demais autores do cânone ocidental acerca da universalidade e totalidade, a saber, ambos só se constituem ao se compreender o Outro em sua autonomia e liberdade absolutas. Acredito, portanto, que Hegel é um autor, a partir de uma leitura crítica, cujos conceitos são plenamente capazes de lançar luz sobre as contradições e limitações do centro ocidental e apreender a realidade dos países periféricos. Algumas dessas questões podem ser encontradas no artigo de BUCKMORSS (2008) e seu livro (2009). ARANTES (2021) também apresenta discussões a respeito.



uma estruturação ético-política e a incompatibilidade dessas duas instâncias<sup>4</sup>. A participação de um povo na História só se dá quando este identifica um princípio universal e um fim fundamental como mediador de sua interação com a natureza, produzindo, através de sua atividade mediadora, uma organização dos desejos imediatos transpassados pela vontade racional e, assim, suprassume os impulsos particulares a um sistema dos desejos e inclinações que correspondam a uma eticidade. Enquanto a relação predominante de um povo para com a natureza caracterizar-se pelo movimento errático da pura imediatez do desejo, não há nenhuma construção ético-política, não há espaço para o desdobramento reflexivo e a mediação da consciência consigo mesma.

A constituição de um organismo ético-político está intrinsecamente entrelaçado com a representação que os povos têm de si mesmos — povos que, agora sim, podem ser chamados “povos históricos”, pois possuem uma representação determinada do passado que condiciona sua realidade. História é, nesse sentido, tanto o registro histórico (a narrativa) quanto os acontecimentos, atos e fatos. Só há acontecimento quando há narração. Só existe história quando há elaboração do passado. A história real enquanto solo da experiência só é possível quando esta pode ser representada, elaborada, concebida — escrita. Sobre essa união entre fato e narração (só há fato onde este pode ser narrado), Paulo Arantes a inscreverá na modalidade espiritual da relação entre sujeito-objeto:

---

<sup>4</sup> Cabe aqui algumas ponderações acerca da vontade livre, enquanto liberdade negativa e mero livre arbítrio, na introdução da Filosofia do Direito. Afinal, pelo conceito de Espírito Objetivo explica-se como a racionalidade se efetiva numa realidade social específica. A subjetividade transpõe-se na objetividade; o grau de racionalidade de um povo produz formas práticas de relacionar-se com o mundo — comportamentos, hábitos sociais, instituições, etc. —, junto a suas consequências e efeitos deletérios, remetendo às insuficiências de tal racionalidade. A vontade irracional como dependente dos desejos naturais leva a formas de vida e práticas igualmente irracionais e irrefletidas. Perpassar a imediaticidade do desejo por uma reflexividade/mediação ético-racional capacita o indivíduo a uma elaboração do passado (o que falaremos adiante). Assim, transporta-se à nova etapa da consciência, o advento do para-si.

O saber especulativo reporta, em última instância, esse fundamento interno comum à substância espiritual em vias de cindir-se em sujeito e objeto. A representação do passado, que só pode ser provocada por uma modificação sofrida pelo objeto, repercute por sua vez sobre o objeto, exercendo sobre ele um contra efeito que suscita a emergência de uma nova objetividade do objeto (ARANTES, 1981, p. 150)

A objetividade da história surge apenas quando ela nos deixa uma história subjetiva, uma narrativa. O período pré-histórico é, segundo o próprio Hegel, rico em revoluções, migrações, transformações violentas; embora tudo isso se insira no tempo que precede a história, não responde ao tempo histórico, pois carece de objetividade, de narrativa<sup>5</sup>. Todos esses acontecimentos magníficos de um mundo perdido e fantástico carecem de objetividade histórica.<sup>6</sup>

A prosa<sup>7</sup> aparece como a forma mais adequada da representação histórica: ela se afasta do discurso figurado e simbólico da representação poética. A linguagem, segundo Hegel, é a manifestação da inteligência teórica — a exteriorização dessa inteligência. O desenvolvimento linguístico alcança alto grau de sofisticação e elaboração no período “não-histórico”, dado que a inserção de um povo na História já pressupõe tal desenvolvimento. Esse alto desenvolvimento de uma determinada língua, paradoxalmente, não é mais que um passado mudo, pois “todas essas transformações não foram registradas pela História” (HEGEL apud ARANTES, 1981, p. 152). O surgimento da escrita prosaica reorienta a linguagem a uma

---

<sup>5</sup> Portanto, um fato só adquire sua objetividade quando entra em cena o momento subjetivo, a narrativa.

<sup>6</sup> O ponto fundamental a se chegar pelo que foi esboçado até agora é, em suma, salientar a importância da mediação do passado como parte condicionante da experiência real. Veremos que a memória possui um papel fundamental.

<sup>7</sup> A prosa é adequada pelo seu alto nível de abstração, mas abstração no sentido de que se afasta da particularidade e subjetividade daquele que narra, põe-se a um nível mais alto de universalidade. Isso permite que a História se una à prosa pelo seu caráter de separação e oposição frente as particularidades do desejo imediato, das paixões e inclinações. Portanto, a prosa se opõe ao canto e à poética.



nova dinâmica mais adequada à exteriorização da inteligência teórica e ao registro histórico, na medida em que é sob a forma da prosa que as descrições poético-figurativas de uma vida mitologizada são afastadas em prol de uma narração neutra, transparente e em maior conformidade com o objeto da experiência, com os acontecimentos e atos. A linguagem, orientada sob a marca de uma ação racional da atividade cujo primeiro momento é o subjetivo, possibilita a exteriorização da memória enquanto registro histórico, que confere objetividade ao fato, e oferece a possibilidade da rememoração que se configura como conhecimento histórico enquanto autocompreensão de um povo sobre si mesmo. A prosa entra em jogo transformando, ao mesmo tempo, os modos de representação da consciência, constituindo as operações que o pensamento, intelectualizando-se, põe em funcionamento para articular os materiais da experiência (HEGEL, 1999).

A articulação da experiência se insere, portanto, no solo da prosa histórica na medida em que

O trabalho de enformação da realidade compete [...] às categorias de causa e feito, de fim e meio, ao ato de ligar o objeto particular, tomado como nó de uma rede de relações, a leis de alcance geral; numa palavra, o pensamento prosaico libera o objeto, põe sua objetividade em relevo, mas a autonomia que ganha dessa maneira, e que se exprime pela atenção à particularidade, permanece sujeita às regras determinantes da dependência e da relatividade, da ‘explicação’ e da manifestação fenomenal de um conteúdo universal. *A prosa da história só emerge no momento em que o ‘entendimento prosaico’ ocupa o lugar da primitiva representação poética*” (ARANTES, 1981, p. 152-3, grifos meus).

É a própria imanência do conteúdo historiográfico que exige a forma da prosa como a mais adequada à sua apreensão e apresentação. A apreensão imediata dos fatos e acontecimentos se insere na turva fenda entre sujeito e objeto: eles estão sempre contaminados pela “particularidade accidental dos agentes históricos” e corrompidos pelas subjetividades,

paixões e desejos daqueles que a protagonizam — sem contar na própria subjetividade que divulga tais acontecimentos pré-históricos, embelezados pela forma do saber tradicional, típicos da idade heroica e poética, banhada por mitos, cantos populares e sagas. A prosa se mostra a partir da própria necessidade do conteúdo objetivo de se distanciar da particularidade subjetiva pela qual os acontecimentos se encontram corrompidos, priorizando “os esquemas da utilidade prática e da finalidade do entendimento”. Arantes resume a posição de Hegel:

“[...] numa palavra, sempre que a poesia faz às vezes de história da realidade, a possibilidade de apreender prosaicamente os objetos está bloqueada, ou seja, é impossível enunciar leis, explicar determinações abstratas, referindo-as, como à sua raiz profunda, à consciência do ser-aí exterior e independente” (ARANTES, 1981, p. 154).

O que capacita um povo ao discurso histórico é a transição rumo ao ser-para-si, à consciência que o indivíduo tem de si mesmo como indivíduo determinado, que existe para si enquanto se opõe aos objetos, entendidos como o Outro exterior. (cf. HOULGATE, 2005, p. 18). A História começa ali onde começa o reinado do entendimento, cuja forma de exteriorização por excelência é a prosa. A narração historiográfica exige o esforço do conhecimento de manter o objeto independente, de separá-lo das fantasias, desejos e imaginações da subjetividade. “Enunciar as coisas tais como são, deixá-las tais como se apresentam, eis o princípio regulador a que a prosa historiográfica não pode furtar-se sem perder sua natureza própria” (ARANTES, 1981, p. 156). Essa transição, com o advento da prosa, engendra a modificação radical dos modos de percepção e a reconfiguração do próprio conhecimento: os objetos são capturados na sua independência radical, com todos os seus pormenores, contingências e acidentalidades — em certo sentido, o primeiro momento desse novo saber é o acúmulo de “aleatoriedades” — que, em seguida, são reconduzidos para fora de toda sua imediatidade e descontinuidade pela atividade do conhecimento prosaico



que os reelabora na representação de sua veracidade histórica. Trata-se, portanto, de capturar a imagem, o imediato, o fenômeno contingente, e reconduzi-los à sua verdadeira significação. Reorganizar o descontínuo e desvendar sua continuidade. A própria experiência é modificada enquanto um “sistema da adequação”, onde todos os materiais fenomênicos da percepção imediata são o ponto de partida do saber e, em seguida, reorganizados da sua contingência à significação mais profunda e verdadeira, em sua conexão com o passado como inserido numa rede de relações.

A transformação da consciência e dos modos de percepção em decorrência do surgimento da prosa é responsável também pela libertação da memória: ela pode ser liberta da imaginação e da fantasia quando passa a fornecer um objeto sólido — objeto do saber e da vontade. Aqui surge, concomitante com o papel da memória, a importância da formação do Estado, pois este, para Hegel, está interligado de maneira íntima com a gênese de uma memória coletiva. Com a idade da prosa, ocorre uma socialização da memória juntamente à constituição do Estado como principal agente histórico.

A necessidade da elaboração de uma memória coletiva fornece — enquanto parte de um Estado incompletamente presente e, por isso, que sempre renova as necessidades de um passado elaborado e consciente — o sólido objeto do saber que a historiografia carece. Assim, Paulo Arantes conclui que a “História efetiva só pode ser, portanto, experimentada como o terreno primitivo onde todas nossas experiências se enraízam, onde todas vêm buscar o seu sentido, sob condição de ser representada enquanto tal” (ARANTES, 1981, p. 159). A História é, portanto, o solo onde toda experiência ganha sua presença objetiva, onde a existência no tempo deixa de ser cega: ela enquadra os atos e eventos contingentes e errantes numa organização histórico-temporal racional que lhes confere uma forma geral, uma regra — um ordenamento mais profundo.



Do que foi exposto até aqui, fica claro que a objetividade da consciência e o surgimento da História são dois momentos que surgem juntos. Um entendimento objetivo do passado apenas surge mediado pela negação do imediato. Entende-se essa negação do imediato através do tornar-se-para-si do espírito, quando este cinde-se a si mesmo e torna-se o próprio objeto; o espírito externaliza-se, opera uma cisão em seu interior, para que tenha sua própria imagem diante de si e a visualize enquanto seu próprio objeto. Sem essa separação não há possibilidade de reflexão, não há possibilidade do ser tornar-se em si e para si.

A História surge paralela à cisão do Espírito. Entendemos isso como a História se constituindo ali onde há conflito, oposição e carência. O Estado vem à cena como incompleto, carente. A História é vista como um processo de mediação que produz o universal e, por isso, local de manifestação da racionalidade, que só é possível por meio da “objetivação da consciência pela estruturação do passado”. Essa mediação só pode ocorrer em paralelo a um processo de interiorização do espírito. A mediação (que é simultaneamente uma interiorização) acontece porque o presente imediato é dado apenas parcialmente — pois se rompe com a imediatidade do dado, então o presente é apenas um objeto parcial, incompleto (antes de haver qualquer tipo de cisão o objeto era contemplado como uma completude abstrata e falsa), tal como o Estado — e o papel da História seria, justamente, mediar esse presente parcial e incompleto através da elaboração do passado. Dessa forma, o social é inserido em toda uma nova ordem do tempo, dado que a ordem não-histórica se apresenta sob uma uniformidade vazia cujo conteúdo imediato aparece como eterno e resistindo à ação do tempo; a mediação do objeto parcial, pela elaboração do passado, o insere numa ordem temporal que surge como a manifestação da racionalidade imanente ao devir temporal. Portanto, temos a interiorização do devir temporal por parte das sociedades ditas históricas. O tempo histórico é devir interiorizado: só pode



ser experimentado após sua interiorização pelo objeto cindido; a interiorização do tempo histórico se dá pelo sujeito que reconhece a si mesmo como o objeto da história, que reconhece sua experiência atual como resultado de um processo pretérito que o antecede — um encadeamento racional dos acontecimentos e fatos que produzem o solo da experiência atual. O despertar da consciência vem junto com o nascimento da prosa da História, pois esta, segundo o movimento do Espírito, causa uma cisão na imediatidade do objeto (e, portanto, na forma de apreensão do objeto pelo sujeito), cisão esta que é mediada pela rememoração do passado e interiorização do devir temporal, produzindo, através da História, a experiência universal e a compreensão que o objeto tem de si mesmo enquanto mediado temporalmente no interior da História e, portanto, como manifestação de um ordenamento e encadeamento que não é imediato, mas racional, refletido e mediado.

Há, portanto, uma distinção entre duas formas de se experienciar o tempo, o que fica claro na diferença entre tempo e duração (cf. HEGEL, 1997, §257-9). Aquilo que dura não entra na história e não se mostra como superior por resistir à ação do tempo. Ao contrário, aquilo que dura é desprovido de temporalidade histórica. O passado pode até perseverar no presente enquanto intocado pelo devir que a tudo consome, mas é uma história não-histórica. O tempo, ao contrário, exerce sua força sobre as obras históricas: elas fenecem, desaparecem, transformam-se em ruínas. A natureza inorgânica, como a pedra, dura. Aquilo que é belo, superior e sublime, como a rosa, logo tratam de murchar e desaparecer. Apenas os objetos que se constituem como ruínas, aqueles que sofrem a ação do tempo ao invés de simplesmente durarem, podem se chamar de históricos: há neles uma cisão, uma fenda, que os abre para a ação do tempo e para a mediação de sua finitude pela universalidade e racionalidade da história. A história

proporciona aos objetos uma existência no tempo que não seja cega e aleatória, mas consciente de si e regrada.

Antes de concluirmos, gostaria de levantar um debate acerca da relação entre a História e os indivíduos. Marx e Engels criticaram Hegel por ter feito “do homem o *homem da autoconsciência*, em vez de fazer da autoconsciência a *autoconsciência do homem*, do homem real, e que, portanto, vive também em um mundo real, objetivo, e se acha condicionado por ele”. Hegel teria dado tanta primazia à autoconsciência a ponto de a “‘Fenomenologia’ inteira quer[er] provar que a *autoconsciência é a única realidade e toda a realidade*” (MARX; ENGELS, 2003, p. 215, grifos do autor). Gostaríamos de levantar uma outra leitura do idealismo de Hegel, que o torna mais próximo do próprio Marx.

Em Hegel, a História é desencadeada pelo Espírito que alcançou seu desenvolvimento reflexivo. Porém, tal reflexividade é constituída por um Eu que reconhece sua própria subjetividade como dependente do Outro para alcançar sua verdadeira autoconsciência. O Espírito surge a partir do conflito entre “egos” que superam o reconhecimento desigual inicial e estabelecem uma situação de igualdade. Esse reconhecimento mútuo caracteriza a situação da ação cooperativa entre indivíduos que formam uma comunidade integrada; Hegel chama isso de Espírito — canonicamente caracterizado como “um Eu que é um Nós, e um Nós que é um Eu”. A História, portanto, pode ser dita como movida pelo indivíduo, mas não o indivíduo enquanto um ente particular que, sozinho e isolado, como Robinson Crusóé, se crê auto-subsistente; a História é movida por indivíduos inseridos em uma coletividade, por indivíduos que reconhecem a si mesmos como pertencentes a uma comunidade.

Como diz Max Horkheimer, Hegel liberou a autoconsciência “dos grilhões da introspecção” e solucionou “o problema do sujeito autônomo criador de cultura”. A História, após Hegel, não é mais “fruto de decisões



livres do sujeito, mas do espírito dos povos [...]”. Foi ao demonstrar que “o conteúdo substancial do indivíduo não se manifesta nas suas ações individuais, mas na vida do todo ao qual pertence” (HORKHEIMER, 1999, pp. 122 – 3), que Hegel pode ser dito como o filósofo que transformou o idealismo em uma verdadeira Filosofia Social. Nesse sentido, podemos dizer como a História é feita não pelo indivíduo isolado, mas por indivíduos em sua coletividade. Mesmo que se admita a existência de indivíduos extraordinários que “sozinhos fizeram história”, Hegel dirá, em sua *Filosofia do Direito* (cf. §182) que nada teriam feito se já não vivessem em sociedade e em constante atividade de colaboração com outros.

### CONCLUSÃO

A História é compreendida como “solo da experiência” de múltiplas formas interligadas umas às outras; uma delas é pela própria lei que introduz na experiência real. Através das exigências prosaicas impostas pela racionalidade da história, opera-se uma reconfiguração da percepção dos povos inseridos no advento do tempo histórico: a separação entre conceito e realidade. A percepção reconfigurada abandona a imagem enquanto puro aparecer da coisa indeterminada, onde a figura externa proporcionada pela imagem se torna apenas um meio para a tomada de consciência mais profunda da verdadeira significação dos objetos (que agora se encontram determinados em oposição ao ser-para-si). A experiência se transforma em um “sistema de meios e fins”, onde os materiais da experiência são instrumentalizados e definidos como meios práticos da vontade de saber que almeja à verdade; uma verdade que não se encontra pela imediatidade da percepção de figuras e imagens, mas que só se alcança partindo de uma experiência reconfigurada pelo princípio da adequação que é introduzido pela prosa histórica. Isso quer dizer que o objeto da experiência é ultrapassado em sua imediaticidade pictórica e, em toda sua descontinuidade

e contingência, é transposto e adequado a leis gerais, princípios abstratos e a uma continuidade necessária.

Na medida em que a História se apresenta como um movimento racional e necessário, ela é o verdadeiro solo da experiência, pois fornece a mediação para que o registro tedioso de aleatoriedades e contingências, pela percepção imediata dos objetos enquanto figuras, possam se reconciliar com sua significação profunda e necessária contraposta à aparência, adequando os objetos determinados da experiência a um princípio geral, a um movimento racional que reporta, antes de tudo, à estrutura da História. Portanto, a História proporciona uma mediação dos objetos que transforma a percepção imediata em experiência sólida capaz de produzir representações. A própria compreensão que o indivíduo tem de si mesmo, pressuposto para um ponto de partida da experiência organizada e determinada, é modificada a partir das exigências Históricas que introduzem a necessidade do discurso reorientado ao redor da prosa, onde o ser, agora para-si, se compreende como aquele que exclui o Outro, os objetos, e os desdobra em um contínuo inteligível e num sistema de relações as quais o indivíduo particular também está inserido (mas cujo primeiro momento é a separação e distinção entre o sujeito indeterminado e o sujeito determinado).

A História é o solo que dá sentido às nossas experiências ao possibilitar que elas sejam representadas; ela exprime a consciência que um povo tem da marcha de seu espírito. Ela produz nossa experiência real na medida em que esta é o resultado de um processo que a antecede e que fornece sua racionalidade pela rememoração e interiorização do passado.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Paulo Eduardo. **Hegel – A ordem do tempo**, São Paulo: Editora Polis, 1981.

\_\_\_\_\_. **Formação e Desconstrução: uma visita ao museu da ideologia francesa.** São Paulo: Editora 34, 2021.

BUCK-MORSS, Susan. **Hegel e o Haiti.** São Paulo: Edições n-1, 2018.

\_\_\_\_\_. **Hegel, Haiti and Universal History.** Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 2009.

Hegel, G.W.F. **Filosofia da História,** 2ed. Brasília: Editora da UnB, 1999.

\_\_\_\_\_. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio, Vol. II: A Filosofia da Natureza.** São Paulo: Edições Loyola, 1997.

HOULGATE, Stephen. **Freedom, Truth and History,** 2ed. Blackwell Publishing, 2005.

HORKHEIMER, Max. A presente situação da filosofia social e as tarefas de um instituto de pesquisas sociais”. Em: **Revista Praga,** n.º 7, São Paulo, Hucitec, 1999.

MARX, K.; ENGELS, F. **A sagrada família ou A crítica da Crítica contra Bruno Bauer e consortes.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.